

Controle de emissão divide países

A redução dos chamados gases do efeito estufa será uma das grandes polêmicas da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) que ocorre no início de junho, no Rio. Os cientistas dos países e organismos internacionais, que têm participado das reuniões preparatórias, concordam em apontar o gás carbônico (CO₂) como o principal responsável pelo aquecimento global da atmosfera. Em segundo lugar, viriam o metano (CH₄) e os óxidos de nitrogênio (NO_x). Todos concordam em dar prioridade à redução das emissões do gás carbônico, mas quando a discussão chega nos meios de redução e nos países responsáveis por elas, já não há consenso.

Os países desenvolvidos atribuem grande importância às emissões de carbono provenientes da queima de florestas tropicais, como uma maneira de dividir com os países em desenvolvimento a responsabilidade pelas emissões. Os países em desenvolvimento — onde se localizam as florestas tropicais — não têm tecnologia ou recursos científicos para contestar os números dos países desenvolvidos e acabam aceitando as contas e premissas de negociação destes. “Na verdade, a maior parte das emissões vem da queima de combustíveis fósseis e é responsabilidade dos países desenvolvidos”, explica um assessor da delegação brasileira de negociação da Rio-92.

Admitir isso significaria reduzir o consumo de energia e o ritmo industrial dos países desenvolvidos, hipótese de difícil aceitação, sobretudo para o governo americano. Hoje, o mundo emite cerca de 7 bilhões de toneladas de gás carbônico por ano. Uma das metas da Convenção de Mudanças Climáticas da Rio-92 é encontrar meios de reduzir essas emissões para 5 bilhões de toneladas anuais. Só os Estados Unidos emitem cerca de 1 bilhão de toneladas a cada ano. A Europa Ocidental emite outros 0,8 bilhão de toneladas e a ex-União Soviética mais 0,7 bilhão de toneladas.

O aumento do desmatamento é medido com o satélite Landsat, que registra a luz solar refletida pela superfície terrestre. Ele “vê” com uma precisão de 900 m². Com o Landsat é possível traçar uma linha entre a floresta e a derrubada e medir as áreas desmatadas com baixa margem de erro. As queimadas são monitoradas com os satélites meteorológicos NOAA, que têm sensores de temperatura. A precisão do satélite NOAA é de 1.200.000 m², ou seja, ele “enxerga” cerca de 1.300 vezes mais “embaçado” do que o Landsat. Por isso não se usa o NOAA para medir área. A margem de erro seria alta.

Efeito estufa — Os desmatamentos também diferem das queimadas. Uma floresta é constituída basicamente de carbono, estocado durante

muitos anos nos troncos das árvores. Se a floresta é cortada e queimada, o carbono dos troncos vai para a atmosfera, aumentando o efeito estufa. Uma floresta como a amazônica levaria mais de 100 anos para retirar da atmosfera aquele carbono liberado pelo fogo. Por isso, todo o desmatamento seguido de queimada contribui para as emissões mundiais de carbono e, conseqüentemente, para o efeito estufa.

Quando a vegetação queimada não é floresta recém-derrubada, mas pastagem, canavial ou outra cultura anual qualquer, não há contribuição para o efeito estufa. Isso porque a mesma quantidade de carbono que a queimada joga na atmosfera, o capim, a cana-de-açúcar ou a cultura anual retiram da atmosfera ao decorrer de um ano, à medida que crescem.

Existem outros problemas ambientais para o solo, a fauna e a população causados pelas queimadas, mas não para o efeito estufa. “Esta é a razão porque utilizamos os números do desmatamento para estimar a contribuição do Brasil no efeito estufa e não os números das queimadas”, explica o diretor de Observações da Terra do Inpe, Luiz Gylvan Meira Filho. “Os mapas de queimadas servem para auxiliar na fiscalização e na localização de eventuais queimadas ilegais e não para medir a destruição da floresta na Amazônia.” (Liana John)